

# TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

**Cargo:**

**Auditor do Tribunal de Contas da União**



Aplicação: 4/3/2007

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém uma proposta para a elaboração de uma dissertação e duas questões, acompanhadas das respectivas páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira e(ou) borracha.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, desacompanhada de anotação ou comentário, vedado o exame de súmulas.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 9 Não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 11 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

### AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **6/3/2007**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tcuauditor2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tcuauditor2006).
- II **7 a 9/3/2007** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet (veja item I), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **5/4/2007** – Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet (veja item I).
- IV **9 a 11/4/2007** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **4/5/2007** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova oral: Diário Oficial da União e Internet (veja item I).

### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1 – TCU/AUDITOR, de 27/11/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tcuauditor2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tcuauditor2006)
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## PROVA DISCURSIVA — GRUPO II

- Este grupo da prova discursiva vale **cinquenta** pontos — **trinta** pontos para a dissertação e **dez** pontos para cada questão. Nele, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- O texto definitivo da dissertação poderá ter, no máximo, **cento e vinte** linhas, e o texto definitivo de cada questão, **sessenta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desses limites será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### DISSERTAÇÃO

Nas atividades que o TCU exerce por força de suas competências constitucionais e legais, utilizam-se rotineiramente normas jurídicas atinentes a vários ramos do direito, além do direito constitucional e do direito administrativo. Nesse contexto, disserte acerca dos pressupostos e fundamentos para a aplicação pelo TCU, nas atividades de controle externo e em seus julgamentos em geral, das normas jurídicas concernentes aos seguintes ramos do direito ou legislação específica:

- ▶ Lei de Introdução ao Código Civil;
- ▶ direito processual civil;
- ▶ direito civil;
- ▶ direito empresarial;
- ▶ direito penal;
- ▶ direito tributário.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

### QUESTÃO 1

Em 2006, último ano do mandato de um governador — candidato à reeleição, afinal vitorioso —, a situação do estado, em 30/4/2006, era a seguinte:

- ▶ disponibilidades (livres): R\$ 10 milhões;
- ▶ passivo financeiro: R\$ 12 milhões;
- ▶ previsão de receita para os últimos oito meses: R\$ 40 milhões;
- ▶ despesas já autorizadas (normais, obrigatórias): R\$ 37 milhões.

Esse governador pretendia iniciar uma obra, a partir de julho, com cronograma de execução que se distribuía uniformemente por 24 meses. O valor total dessa obra era de R\$ 24 milhões e os pagamentos deveriam ser mensais, à razão de 1/24.

---

#### Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – LC n.º 101/2000

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20 [Executivo], nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

---

Com referência à situação hipotética acima, e à luz particularmente da LRF — art. 42 e parágrafo único, transcritos acima —, redija um texto explicitando a recomendação que você, como auditor do estado, apresentaria ao governador, na hipótese de impedimento ou dificuldade à realização dessa obra, à época da possível contratação, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) aplicação da LRF à hipótese de reeleição do titular do Poder Executivo;
- b) viabilidade da assinatura e realização do contrato, dadas as circunstâncias do caso, ou seja:
  - ▶ exigibilidades existentes e supervenientes;
  - ▶ disponibilidades em 30/4/2006;
  - ▶ previsão de receita e despesas já programadas;
  - ▶ disponibilidades previstas para 31/12/2006;
  - ▶ obrigações remanescentes (de janeiro de 2007 em diante).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**QUESTÃO 2**

Considere a seguinte estrutura, presente na primeira versão da proposta orçamentária de um ente público.

<b>receitas correntes</b> ..... R\$ 700 bilhões	<b>despesas correntes</b>
<b>receitas de capital</b> (incluída a rolagem da dívida, de R\$ 300 bilhões) ..... R\$ 400 bilhões	– não-financeiras ..... R\$ 450 bilhões
	– financeiras (juros da dívida) ..... R\$ 150 bilhões
	<b>despesas de capital</b> (incluída a rolagem da dívida, de R\$ 300 bilhões) ..... R\$ 500 bilhões

O saldo da dívida é de R\$ 1 trilhão, a juros médios de 20% anuais.

Tendo como referência as informações acima, redija um texto que responda aos seguintes questionamentos.

- ▶ Qual é e como se interpreta o valor do *superavit/deficit* primário?
- ▶ Com o objetivo de se obter *deficit* nominal zero, que medidas fiscais e monetárias poderiam ser tomadas, à luz da doutrina econômica e das experiências internacionais, com base nos dados apresentados?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	